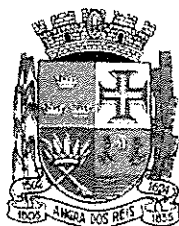




SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS (MATERIAIS/EQUIPAMENTOS)

NÚMERO:	020/2024/SSA.COFAR	DATA:	15/04/24		
Solicitamos COTAÇÃO DE PREÇOS para aquisição/fornecimento do(s) Material(is) e/ou Equipamento(s), conforme descrito abaixo					
OBJETO:	Aquisição de medicamento para o cumprimento do mandado judicial nº0096986-45.2022.8.19.0000 do paciente ANGELITA MARIA EVANGELISTA DE MELO, no município de Angra dos Reis.				
Objetivo da Solicitação:	Compra				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	VALOR UNIT. (*)	VALOR TOTAL (*)
1	ÁCIDO TIÓCTICO 600MG (similar ao THIOCTACID® 600MG)	180	COMP		
VALOR TOTAL (*)					
(*) Campos de responsabilidade do Departamento de Compras					
(**) No campo "Objetivo da Solicitação" deverá ser informado se o pedido é para COMPRA, REGISTRO DE PREÇO ou RENOVAÇÃO DE CONTRATO.					
CONDIÇÕES:					
1) A proposta de preço deverá ser válida por 60 (sessenta) dias.					
2) No(s) preço(s) proposto(s) deverão estar inclusos todos os custos, diretos e indiretos, relativos ao cumprimento integral do objeto, envolvendo, entre outras despesas, obrigações trabalhistas, fiscais de qualquer natureza, combustível, manutenção, frete (CIF), etc.					
3) O Prazo de entrega do(s) material(is) será de no máximo 03 (três) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.					
4) A Forma de entrega será: ÚNICA.					
5) O Local de Entrega será: Alameda Luiza Angélica, N 156, Balneário - Angra dos Reis, de 2ª a 6ª feira, no horário de 08:30 as 15:30 h.					
6) O Prazo de Garantia do(s) material(is) será o do Fabricante, não podendo ser inferior ao da Lei nº 8.078 de 11/09/1990 do Código de Defesa do Consumidor.					
7) O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da entrada, mediante protocolo na Secretaria Municipal de Fazenda, do documento de cobrança do serviço prestado ou fornecimento do material, com a Ordem de Pagamento, no período de adimplemento da obrigação isento de erro.					
OBSERVAÇÕES:					
1) Em caso de dúvida, entrar em contato com Paolla, Coordenação de Farmácia, Telefone (24) 3368-1860.					
2)					
3)					
 Paolla de S. S. Simões Farmacêutica CRF-RJ 20191 4501986			 Rodrigo Cardoso Lima Assinatura e carimbo Secretário ou Subsecretário		



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
SECRETARIA DE SAÚDE
Coordenação de Farmácia

Proc. nº _____
Folha nº 209
Rubrica _____

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

Aquisição de medicamento para o cumprimento de mandados judiciais no município de Angra dos Reis.

2 – DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente aquisição a fim de atender a Secretaria Municipal de Saúde em Mandado judicial nº 0096986-45.2022.8.19.0000 do paciente Angelita Maria Evangelista de Melo.

3 – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

A despesa decorrente desta aquisição correrá às contas das seguintes:

Ficha: 20240545

Dotação Orçamentária: 20.2014.04.122.0204.2005.33909101.15000000

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	180	Comp	ÁCIDO LIPOICO 600MG (similar ao Thioctacide HR 600mg)

4.1 - O produto deverá estar, na data da entrega, com prazo superior a 85% da validade registrada pelo fabricante.

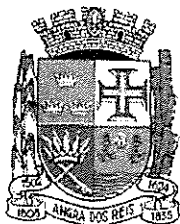
5 – DO VALOR ESTIMADO

5.1 – Estima-se para o referido objeto o **valor global** de R\$ ____ (.....).

6 – DOS PRAZOS

6.1 – DA ENTREGA

O prazo de entrega dos medicamentos será de **03 (três) dias** contados do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Coordenação de Farmácia.



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
SECRETARIA DE SAÚDE
Coordenação de Farmácia

Proc. nº _____
Folha nº 210
Rubrica _____

6.2 – DA PROPOSTA

O prazo de validade será de **60 (sessenta) dias**, contados da data de entrega da proposta.

6.3 – DE GARANTIA / VALIDADE

O prazo será do fabricante, não podendo ser inferior ao da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 do Código de defesa do Consumidor.

7 – DO LOCAL DE ENTREGA

O objeto solicitado deverá ser entregue na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) situada na Alameda Luíza Angélica, nº156, Balneário, Angra dos Reis, RJ, no período compreendido entre 9h e 15:30h, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais.

8 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 – Efetuada a entrega, o objeto será recebido pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, nos termos do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme a seguir:

I – **provisoriamente**, no prazo máximo de **03 (três) dias**, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações consignadas no item 4, deste TERMO DE REFERÊNCIA;

II – **definitivamente**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

8.2 – O recebimento provisório ou definitivo pelo Município não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou por este Termo.

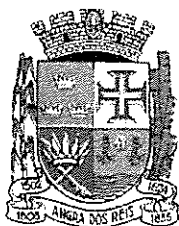
9 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

As partes devem cumprir as cláusulas avençadas neste termo, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.1 – DA CONTRATADA

9.1.1 – Manter durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação, devendo comunicar o CONTRATANTE a superveniência de fatos impeditivos da manutenção dessas condições.

9.1.2 – Fornecer os medicamentos de forma condizente ao objeto solicitado promovendo por sua conta despesas de transporte e tributos de qualquer natureza, em vista das



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
SECRETARIA DE SAÚDE
Coordenação de Farmácia

Proc. nº _____
Folha nº 214
Rubrica _____

responsabilidades que lhe cabem na entrega, resguardando a máxima qualidade e quantidade necessária, sempre em conformidade com as especificações deste Termo.

9.1.3 – Dispor de veículo necessário e adequado para o transporte, bem como, de carregadores para a descarga dos medicamentos no local de entrega.

9.1.4 – Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.

9.1.5 – Respeitar o prazo de entrega, bem como, cumprir todas as demais exigências impostas neste Termo.

9.1.6 – Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos medicamentos, respondendo por si e por seus sucessores.

9.1.7 – Responsabilizar-se por quaisquer medicamentos entregues, que se encontrar com defeito de fabricação, fora das especificações deste Termo e diferentes das cotadas em sua proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento da notificação do Solicitante.

9.1.8 – Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

9.1.9 – Efetuar a entrega dos medicamentos, na data prevista, em perfeitas condições, no local indicado pelo CONTRATANTE.

9.2 – DO CONTRATANTE

9.2.1 – Promover o acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA.

9.2.2 – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo.

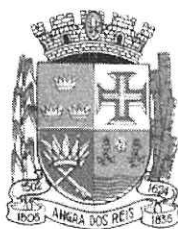
9.2.3 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo.

9.2.4 – Expedir a Ordem de Fornecimento por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

9.2.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações.

9.2.6 – Notificar a CONTRATADA, caso constatare que as características básicas não correspondem às exigências do presente Termo, que providenciará a substituição, no prazo de 5 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

10 – DA FISCALIZAÇÃO



Estado do Rio de Janeiro
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
SECRETARIA DE SAÚDE
Coordenação de Farmácia

Proc. nº _____
Folha nº 212
Rubrica _____

O acompanhamento e a fiscalização da contratação, caberá ao servidor designado pela **Superintendência Administrativa**, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, sua falta ou impedimento, pelo seu substituto.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou do fornecimento, os interessados:

I) cuja falência tenha sido decretada, ou deferida a recuperação judicial, ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, bem como, tenha concordata concedida, em concurso de credores, em dissolução, em processo de liquidação e em consórcios ou associações de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

II) suspensos temporariamente de participação em licitação e impedidos de contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93;

III) declarados inidôneos para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

IV) cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste procedimento licitatório;

V) que se encontrem enquadrados nas vedações estabelecidas pelo artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

VI) constituídos sob a forma de cooperativas que configurem intermediação de mão de obra subordinada (Lei Federal nº 12.690/2012, art. 5º; súmula 281 do TCU; Instrução Normativa nº 02/008 do MPOG, art. 4º, incisos I, II).

Angra dos Reis 15 de abril de 2024.

Paolla de S. S. Simão
Farmacêutica
CRF-RJ 20191
4501986

Carimbo e assinatura do responsável

Aprovo, em 16 de abril de 2024.

Adriano Cardoso Ramos
Carimbo e assinatura do secretário



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

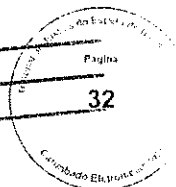
Décima Primeira Câmara Cível

Proc. nº

Folha nº 243

Rubrica

Página 32



Agravo de Instrumento nº 0096986-45.2022.8.19.0000

Agravante: Angelita Maria Evangelista de Melo

Agravado: Município de Angra dos Reis

Relator: Des. Luiz Henrique Oliveira Marques

DECISÃO

Cuida-se de agravo de instrumento interposto por **Angelita Maria Evangelista de Melo** contra a decisão, proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Angra dos Reis, nos autos da ação de obrigação de fazer ajuizada em face do agravado, a qual indeferiu a tutela de urgência, nos seguintes termos:

"1) Integro a decisão do evento 37664308, acolhendo os embargos de declaração, para consignar o indeferimento da tutela antecipada, eis que a responsabilidade pelo fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS é da União.

2) Citem-se e intimem-se." *Grifei.*

A agravante esclarece que o magistrado indeferiu a tutela de urgência tendo por base o entendimento consolidado pelo STF no Tema 793 no que tange à obrigatoriedade de formação de litisconsórcio passivo necessário com a União Federal nas ações que tenham por objeto o fornecimento de medicamentos não padronizados no SUS. Segundo o prolator da decisão, não se pode compelir o Município a fornecer a medicação. Ocorre que o próprio STF ratificou a regra da responsabilidade solidária dos entes públicos no dever de prestar assistência à saúde, sendo certo que o paciente possui a faculdade de escolher a composição do polo passivo. A agravante esclarece, ainda, que não possui recursos para adquirir o medicamento, cujo valor é de aproximadamente R\$150,00 reais mensais. Ressalta que no parecer do NAT restou

Secretaria da Décima Primeira Câmara Cível

Rua Dom Manuel, nº 37 – Sala 331 – Lâmina III

Centro – Rio de Janeiro/RJ

Tel.: + 55 21 3133-6011 – E-mail: 11cciv@tjrj.jus.br

FLA

Página 1 de 3

LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES:15394

Assinado em 09/01/2023 08:51:18

Local: GAB. DES LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Décima Primeira Câmara Cível

Proc. nº

Folha nº

Rubrica

33

consignado que não há diretrizes clínicas do Ministério da Saúde para tratamento de neuropatia diabética, não havendo, também, tratamento substitutivo no SUS, sendo certa, lado outro a eficácia do ácido tióctico para o tratamento. Aduz, ainda, que anexou aos autos declaração expedida por médico integrante da rede pública de saúde, ofícios remetidos pela Defensoria Pública, relatório técnico das secretarias, NATs, CRLS, tudo no sentido da indispensabilidade do fármaco para a sua saúde. Salienta, por fim, que a manutenção da decisão pode lhe causar lesão grave e de difícil reparação, afinal, a cada minuto que passa sem receber o tratamento adequado aumenta o risco de agravamento do seu quadro. Em face do exposto, requer seja deferida a antecipação da tutela recursal, determinando-se o fornecimento do medicamento pleiteado na Inicial bem como todos os outros que porventura se fizerem necessários ao tratamento da doença, sob pena de imposição de multa cominatória diária, confirmando-se a decisão ao final.

É o relatório.

Vistos e examinados, passo a decidir.

Nos termos do artigo 1019, I, do CPC, o relator poderá deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, cabendo ao agravante demonstrar a existência de elementos que evidenciem a probabilidade de provimento do recurso e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Da leitura dos autos principais infere-se que o medicamento foi prescrito por médico que integra a rede pública de saúde, sendo certo, ainda, que o Município não apresentou alternativa terapêutica para a doença que acomete a agravante – polineuropatia diabética. Além disso, os documentos anexados à inicial informam a gravidade do quadro, havendo risco de amputação.

Por outro lado, é certo que a responsabilidade pelo fornecimento do medicamento não é exclusiva do Estado ou da União, mas também do Município, objetivando, desta sorte, assegurar o direito constitucional à saúde, conforme artigo 196 da Carta Magna.

Secretaria da Décima Primeira Câmara Cível

Rua Dom Manuel, nº 37 – Sala 331 – Lâmina III

Centro – Rio de Janeiro/RJ

Tel.: + 55 21 3133-6011 – E-mail: 11cciv@tjrj.jus.br

FLA

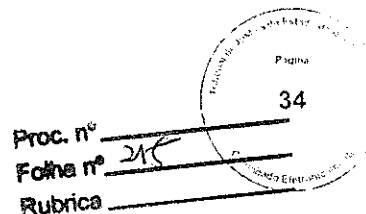
Página 2 de 3





Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Décima Primeira Câmara Cível



Assim, defiro a antecipação da tutela recursal para determinar que o Município agravado disponibilize, no prazo de 05 (cinco) dias, o medicamento requerido na inicial, sob pena de sequestro de verba pública no valor correspondente ao preço.

Oficie-se, comunicando o teor desta decisão.

Intime-se a parte agravada para resposta na forma e no prazo do inciso II do art. 1.019 Código de Processo Civil.

Rio de Janeiro, data da assinatura digital.

LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA MARQUES
Desembargador Relator

Secretaria da Décima Primeira Câmara Cível

Rua Dom Manuel, nº 37 – Sala 331 – Lâmina III

Centro – Rio de Janeiro/RJ

Tel.: + 55 21 3133-6011 – E-mail: 11cciv@tjrj.jus.br

FLA

Página 3 de 3



Proc. nº _____
Folha nº 216
Rubrica _____

Cod Pac: 38697-1

Cod Prof: 20238-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS

5-1 / CEM CENTRO - CENTRO DE ESPECIALIDADE MEDICA



RECEITUÁRIO COMUM

Emitido em: 26/03/2024

Unidade: 5-1 / 2280884 - CEM CENTRO - CENTRO DE ESPECIALIDADE MEDICA

Endereço: PRACA GENERAL OSORIO, 36.
CENTRO - ANGRA DOS REIS / RJ

Usuário do Serviço: ANGELITA MARIA EVANGELISTA DE MELO

Idade: 66 ano(s), 7 mês(es) e 0 dia(s) (26/08/1957)

Sexo: FEMININO

Endereço: RUA PROJETADA 11- ENCRUSO DA ENSEADA, SN - ENSEADA - ANGRA DOS REIS / RJ

2ª VIA USUÁRIO DO SERVIÇO

Medicamento: - ACIDO TIÓCTICO

Concentração: 600 MG

Apresentação: CX

Quantidade: 1

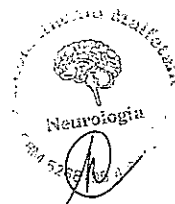
Via Administração: ORAL (Uso Interno)

Uso Contínuo

Posologia: 01 COMP EM JEJUM



ATRE-404196-1-44



FABIOLA RACHID Malfetano

CRM 681954 CNS:201552664320005